

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE
RESERVA NO CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO DE SEGUNDA CATEGORIA

Justificativas de alteração de gabarito de itens
(com base no modelo de prova disponível no sítio do CESPE/UnB)

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
11	C	E	Deferido c/ alteração
O item está errado, pois não são quaisquer recursos que são objeto de fiscalização pelo TCU, mas apenas os que são objeto de repasse mediante convênio ou outros instrumentos análogos. Por esse motivo, opta-se pela alteração do gabarito.			
24	C	E	Deferido c/ alteração
O item está errado, pois o que a CF estabelece é que as "disponibilidades de caixa" da União serão depositadas no Banco Central (art. 163, § 3º). Não é correta, portanto, a afirmação de que os recursos que o governo da União movimentados devem ser obrigatoriamente depositados no Banco Central. Por esse motivo, opta-se pela alteração do gabarito.			
33	E	-	Deferido c/ anulação
O item deve ser anulado, pois, embora haja entendimento do STJ pela inviabilidade de MS revisar penalidade imposta em PAD, sob o argumento de ofensa ao princípio da proporcionalidade, a matéria não se consolidou nesse sentido, havendo decisão recente em sentido oposto, motivo suficiente para anulação do item.			
63	E	-	Deferido c/ anulação
Não é possível afirmar categoricamente que o STJ já pacificou seu entendimento a respeito do assunto tratado no item. Por esse motivo, opta-se por sua anulação.			
96	E	-	Deferido c/ anulação
O item traz o entendimento pacífico do STF. Ocorre que, apesar disso, tal situação não ocorre no STJ, havendo alguns precedentes recentes em sentido contrário. Desta feita, considerando que não houve distinção de qual Tribunal Superior o item se referia, opta-se pela anulação do item.			
130	E	-	Deferido c/ anulação
A utilização da expressão "interesses individuais coletivos" prejudicou o julgamento objetivo do item. Por esse motivo, opta-se por sua anulação.			
141	C	E	Deferido c/ alteração
De acordo com a legislação de regência, embora cooperativas possam promover regularização fundiária, não podem proceder atos de registro. Por esse motivo, opta-se pela alteração do gabarito.			
155	C	E	Deferido c/ alteração
Os recursos necessários ao funcionamento do conselho tutelar devem constar da lei orçamentária municipal ou da lei orçamentária do Distrito Federal, e não do orçamento anual do fundo municipal dos direitos da criança. Por esse motivo, opta-se pela alteração do gabarito.			
157	C	-	Deferido c/ anulação
A utilização da expressão "ainda que tal solução seja comprovadamente inviável" prejudicou o julgamento objetivo do item. Por esse motivo, opta-se por sua anulação.			
167	E	C	Deferido c/ alteração
A afirmação feita no item esta de acordo com o art. 184, §5º, da CF. Por esse motivo, opta-se pela alteração do gabarito.			
169	C	-	Deferido c/ anulação
A ausência de menção no item a respeito da necessidade de que a empresa estatal não tenha finalidade de lucro prejudicou o julgamento objetivo do item. Por esse motivo, opta-se por sua anulação.			
190	C	E	Deferido c/ alteração
A defensoria tem qualidade para representar o assistido e, por esse motivo, pode intentar a ação privada. O equívoco da assertiva esta na utilização da expressão "desses crimes", pois, quando se remete aos crimes anteriores, a ação penal a ser promovida não é a privada. Por esse motivo, opta-se pela alteração do gabarito.			
195	E	C	Deferido c/ alteração
De fato, a organização da Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios é similar e estabelecida na Lei Complementar n.º 80/94, enquanto que as defensorias dos estados são diferenciadas e organizadas em leis complementares estaduais. Por esse motivo, opta-se pela alteração do gabarito.			
200	C	E	Deferido c/ alteração
A assistência à pessoa jurídica pela DP deverá se dar tanto judicialmente como extrajudicialmente. Por esse motivo, opta-se pela alteração do gabarito.			